

---

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -  
CTCOB  
ATA DA 32ª REUNIÃO**

Datas: 16 (10:35h às 17:20h) e 17 (10:15h às 16:20h) de março de 2005.

Local: Agência Nacional de Águas, em Brasília.

**PARTICIPANTES:**

- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA: Eduardo A Cadavid (educa@ sede.embrapa.br)
- Ministério da Integração Nacional: ausente
- Ministério das Cidades: Maria Carmem Germano Braga (mcarmengb@globo.br)
- Ministério das Minas e Energia: Gualter de Carvalho Mendes (gualtermendes@mme.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Pedro Carlos Pociotti (pedro@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - MMA: Rodrigo Speziali de Carvalho (rspeziali@aol.com)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: ausente
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR/MT: Emílio Trevisan (emiliot@pr.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Francisco Martinez Junior (martinez@cth.usp.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Indústria: ausente
- Usuário/Irrigantes: José Carlos Pires (dep.mendesribeirofilho@camara.gov.br)
- Usuário/Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário- Elizabeth Costa de Oliveira (elizabetholiveira@cedae-rj.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrográficas – Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – Raimundo José Santos Garrido (rgarrido@ufba.br)

**CONVIDADOS:**

- Antonio Luitgards Moura – ANA/MMA – (luitgards@ana.gov.br)
- Carlos A. S. Teles – SRH/BA – (cteles@srh.ba.gov.br)
- Carlos Mota – ANA/MMA – (carlos.motta@ana.gov.br)
- Cássio de Sá – SRH/MMA – (cassio.sa@mma.gov.br)
- Cristina Villela T. Gisler – ANA/MMA – (cristianny@ana.gov.br)
- Francisco Lopes Viana – ANA/MMA – (fcoviana@ana.gov.br)
- Horácio Figueiredo – ANA/MMA
- Marcos Thadeu Abicalil – AESBE – (mtabicalil@aesbe.gov.br)
- Mauricio Andres – ANA/MMA – (mauricio.andres@ana.gov.br)
- Patrick Thomas- ANA/MMA – (patrick@ana.gov.br)
- Percy B. Soares Neto – SRH/MMA – (percy.neto@mma.gov.br)

**RELATORIA:**

- Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1809 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
- Raquel Scalia Alves Ferreira – SRH/MMA – Tel: (61) 4009-1007 (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Aos 16 dias de março do ano de dois mil e cinco, com início às dez horas e trinta e cinco minutos, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 32ª reunião, convocada há doze dias, sob a presidência do senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relatores o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho e a senhora Raquel Scala Alves Ferreira. Seguem os informes e as deliberações da Ordem do Dia. *Item 1 – Abertura* - A Abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Horácio (ANA), Chefe de Gabinete da Agência Nacional de Águas, que deu as boas vindas aos membros da CTCOB, ressaltando que a ANA recebia de forma muito cortês a CTCOB e sendo esta, uma CT muito atuante, refletiria no SINGREH. Finalizando, desejou um bom trabalho a todos. O Sr. Viana (ANA), Superintendente de Outorga e Cobrança da ANA, reiterou as palavras do Sr. Horácio e informou que a participação da ANA se faria na pessoa do Sr. Pedro e da Sra. Ana Flávia e encaminhou, desejando um profícuo trabalho no que tangia aos mecanismos da cobrança. *Informes* – Nesse momento, o Sr. Pedro solicitou a palavra para informar que foi aprovada uma deliberação do CEIVAP no último dia 15 que proporciona mais uma oportunidade para os inadimplentes 2003/2004 a fim de que venham fazer um acordo de parcelamento para alcançar uma certa isonomia dentro da bacia, assim, dentro de 60 dias, os usuários deverão procurar a ANA. Se não procurarem, a ANA poderá emitir notificação que definirá prazo de 75 dias para a realização do acerto do débito, caso não façam, serão inscritos no CADIM, o que impossibilitará o recebimento de verbas federais. Essa deliberação será encaminhada ao CNRH e conseqüentemente a essa Câmara, onde poderemos opinar e posteriormente, ser apreciada na plenária do CNRH. Uma vez aprovada, a ANA estará em condições de implementar esses acordos de parcelamento. Essa deliberação é importante, pois a ANA não possuía normativas para efetuar esses acordos. Comunicou a respeito do recolhimento da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul que nos dois primeiros meses de 2005 já alcançou R\$1.000.000. Comentou sobre os pagamentos realizados em juízo, no caso da CSN e da CEMIG, sendo que os valores já depositados foram de R\$2.000.000,00 e R\$41.000,00, respectivamente. Comentou que, no CEIVAP, começou a acalorar a discussão sobre a transposição das águas do Paraíba do Sul para o rio Guandu e para os canais de Campos, utilizados para irrigação, processo em que a ANA vem desenvolvendo trabalhos junto com a SERLA. Informou que, sendo 220 usuários, o número total de pagantes na bacia em água da União, existiam boletos de diversos valores, como o de R\$8,00/ano, no caso de irrigante, que a irrigação tem como potencial para cobrança, o valor de R\$ 10.000/ano, que estaria previsto novo cadastramento ANA com AGEVAP, utilizando o dinheiro da cobrança. Assim, o número de pagantes poderá ser alterado, acreditando ser mínima a modificação no número de usuários e conseqüentemente, no valor a ser arrecadado, pois afinal os grandes usuários já estão cadastrados como as usinas de açúcar. O Sr. Carlos (SRH/BA) comentou que o valor arrecadado anualmente seria pequeno para as condições da bacia do rio Paraíba do Sul. O Sr. Pedro também informou que o índice de inadimplência na bacia seria de 25%. Lembrou que no próximo ano, provavelmente seriam revistos os mecanismos de regularização e valores da cobrança, conforme previsto pelas Deliberações n.º 15 e 18 do CEIVAP. O Sr. Moretti (Comitês) informou que no dia 06/04 ocorreria a reunião do GT de cobrança para a bacia do rio Piracicaba, que já definiu a equação para verificação de simulações. Comentou que no âmbito do Plano de Bacia existe espaço para preparar as simulações para a discussão dos preços unitários básicos. Lembrou da problemática que será, pois os valores da cobrança estão sendo estudados para a bacia estadual, contudo existem captações que formam águas federais, como o caso do Cantareira em que quatro dos três reservatórios estão em águas federais. Diante dessa situação, apresenta-se uma proposta de um acordo regional para aqueles, que captam e lançam em rios estaduais, participem da cobrança de forma espontânea.

101 Evidentemente, para isso deverão ser colocados estímulos para fomentar a participação,  
102 independente da Lei de cobrança estadual. Informou que já existem contribuições espontâneas na  
103 bacia. O Sr. Pedro comentou que as contribuições espontâneas não possuem respaldo legal, não  
104 podendo ser pleiteadas, o que dificultaria a parte operacional do controle e que para aumentar a  
105 adesão, deveriam existir mecanismos de compensação vantajosos. Comentou que o PCJ já  
106 deveria estar cobrando, estando atrasado. E o Sr. Moretti lembrou que tudo já está em uma  
107 negociação. O Sr. Gualter (MME) disse que a bacia do rio Paraíba do Sul está estressada, sendo  
108 operada por regras antigas e que seu reservatório equivalente estava deplecionando, mas que  
109 atualmente, em termos de vazão, a bacia está sendo recuperada, a partir da revisão das regras  
110 operativas, o que já provocou incrementos no reservatório equivalente da bacia, e isso seria  
111 necessário devido às características do regime hidrológico da região. Lembrou que essa região  
112 seria o local onde a cobrança estaria mais organizada, sugeriu a exposição dos resultados da  
113 cobrança e os programas de aplicação desses recursos pela AGEVAP, para que a CTCOB tenha  
114 conhecimento dos resultados, contudo o Sr. Décio informou-o de que o Sr. Leomax já fora  
115 convidado para essa apresentação de resultados que iria ocorrer nessa reunião, mas que não se  
116 faria presente, devido a demandas da plenária do CEIVAP, ocorrida no dia 15/03, mas que o  
117 convite seria ratificado. Nesse momento, a palavra foi passada para o Sr. Percy (SRH/MMA)  
118 que falou sobre o conteúdo do Ofício n.º 12/CTPNRH/CNRH/MMA, de 16 de março de 2005,  
119 que tratava da comissão mista de Articulação da Oficina Nacional, Mecanismos de  
120 Financiamento do PNRH e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos –  
121 SINGREH. Comentou sobre o esforço da CTCOB para estabelecer trabalhos conjuntos e que  
122 esta seria uma forma de estar construindo o PNRH, principalmente pelo fato do PNRH ser  
123 aprovado pelo CNRH, o que exige o esforço de estabelecer trabalhos conjuntos com as demais  
124 Câmaras Técnicas, cujos temas estejam inseridos no plano, objetivando discussões articuladas.  
125 Disse que no âmbito da programação do PNRH, particularmente com a CTCOB, está prevista  
126 uma oficina sobre as diretrizes da cobrança de recursos hídricos, que a CTPNRH e o GTCE  
127 entenderam que não teriam como desenvolver esse trabalho sem o envolvimento da CTCOB que  
128 já se dedica a esse tema e essa seria uma pauta para a comissão mista. Feito esse estudo de  
129 diretrizes, pensaria-se em outra oficina para discussão dos mecanismos de financiamento do  
130 SINGREH e das proposições do PNRH, pois de nada adiantaria apresentar as proposições sem  
131 imaginar como elas poderiam ser financiadas. Esse também seria um trabalho a ser desenvolvido  
132 conjuntamente com a CTCOB. Informou que membros designados pelo CTPNRH para compor a  
133 comissão mista seriam: o Sr. Fred Crawford (Min. Transportes), a Sra. Anícia (Indústrias), o Sr.  
134 Marcelo de Deus (Concessionárias) e ele mesmo, como representante do GTCE e que este grupo  
135 teria como prazo de conclusão dos trabalhos agosto/setembro. Também informou que os  
136 cadernos regionais, contendo o retrato atual da região hidrográfica para subsidiar a cenarização,  
137 seriam concluídos até o final de abril e que estes estudos auxiliariam na elaboração das diretrizes  
138 de cobrança. O Sr. Pedro comentou que pela lógica do planejamento, haveria a necessidade, a  
139 priori, do diagnóstico da bacia. O Sr. Décio lembrou que a CTCOB acordou de não se manifestar  
140 quanto aos ofícios e documentos do PNRH e que para isso foram designadas pessoas da CTCOB  
141 para conjuntamente com a CTPNRH tratarem do assunto que estariam aguardando a agenda. O  
142 Sr. Percy informou que essa comissão mista não seria um grupo de trabalho e que os modos  
143 operantes deveriam ser discutidos com os membros, sendo acertadas em função das atividades da  
144 Câmara Técnica; que seria necessária uma incorporação da dinâmica, metodologia e tempos do  
145 plano, assim ficando a critério dos membros o início dos trabalhos, sendo este um dos objetivos  
146 de sua participação. Para minimizar as frustrações, recomendaria aguardar os resultados das  
147 plenárias regionais. O Sr. Percy comentou que não havia nenhuma proposta e que o ideal seria a  
148 parceria da CTCOB para essa função, disse que estaria mantendo contato com o Sr. Rodrigo  
149 (SRH), coordenador do GT da CTCOB, cujo tema seria afim, para indicação do melhor  
150 momento para agendar a primeira reunião da comissão mista. Questionaram se as diretrizes

gerais de cobrança do PNRH estariam conflitando com as diretrizes da proposta de resolução, mas elucidaram que o documento somente tratava de critérios gerais, não apresentando os aspectos práticos, como o momento de implantação da cobrança e parâmetros de contrapartidas e não considerava as especificações implícitas do próprio plano, como o comportamento desse instrumento, sendo subsídio para o documento pontuar e se manifestar. O Sr. Décio questionou sobre o estudo conjunto entre a ANA e a SRH que se comprometeram em fazer em relação a emenda ao PL 1616 de quanto o fator x de impacto sobre o 0,75% proveniente do setor elétrico para custear o sistema, atualmente a lei limitou em 7,5%, na proposta do PL o fator seria de 100%. O objetivo da nota técnica seria de apresentar o valor mais adequado no intervalo entre 7,5 e 100%, isso seria uma contribuição direta para o PNRH. O prazo para o envio dessa nota técnica já expirou a 4 meses, mas a manifestação deveria ser encaminhada mesmo não havendo consenso entre as instituições. O Sr. Décio também solicitou a apresentação dos resultados dos seminários regionais para ela analisar e subsidiar a composição do Plano, sendo isso o que estaria definido pela Câmara. Comentou que a grande expectativa que se tem em relação ao plano é que o mesmo apresente as macro diretrizes para os instrumentos da gestão de recursos hídricos. Informou que a CTCOB contribuirá com o plano no que tange o instrumento cobrança, se surgirem novas diretrizes. O Sr. Percy esclareceu que os instrumentos da política não estão no escopo dos cadernos regionais e disse que o que vier das comissões regionais deveria ser apresentado à CTCOB que funcionará como um termômetro sobre essas questões. Sr. Décio sugeriu que o Sr. Percy participasse regularmente das reuniões da CTCOB para estar informando sobre o desenvolvimento do plano. Para isso estaria sendo elaborado convite especial. O Sr. Percy disse que na próxima reunião da CTCOB estaria apresentando data para a primeira reunião da comissão mista com pauta consistente e agenda. O Sr. Pedro comentou sobre a falta de material preparatório para a discussão, apontando a meta a ser alcançada, os dados, as peculiaridades das regiões, sendo esse um subsídio que o plano deveria disponibilizar, bem como o prazo para a manifestação, além da visão que possuem sobre aquela bacia e a interfaces com os outros instrumentos. O Sr. Garrido questionou se haveriam audiências públicas no processo de construção do plano e o Sr. Percy esclareceu que haveriam 27 consultas públicas para a consolidação da cenarização e que o nome “audiência” não fora utilizado para não causar dúvidas, pois essa nomenclatura é usualmente utilizada pelo sistema de meio ambiente. Informou que nos dias 11, 12 e 13/04 estaria ocorrendo Oficina de Usuários com os conselheiros desse segmento, para desencadear o processo e assim exercendo sua representatividade. Também foi esclarecido que o PNRH não poderia ser aprovado sem uma sistemática de avaliação e metodologia de atualização. O Sr. Décio lembrou a todos que em setembro de 2004, destacou os principais pontos sobre uma metodologia por ele apresentada em que a cobrança não deveria representar mais do que 20% do total do investimento; vinculação do tempo de implantação da cobrança com o grau de degradação, quanto menor IDH, menor a contrapartida, sendo um estímulo para as prefeituras; vinculação do limite máximo de arrecadação ao IDH para que não excedesse os 0,75 sobre o PIB municipal. Lembrou que os valores definidos, como o 0,75, se davam pelos resultados do estudo. Apresentados num horizonte de longo prazo, esses valores seriam suficientes para absorver os déficits estruturais de saneamento ambiental e mais outras ações necessárias. A máxima é que a cobrança deveria iniciar de forma reduzida até fortalecer o sistema, e a medida que ocorresse a sua consolidação ela iria ser ampliada até um determinado limite, finalizou lembrando que esses questionamentos deveriam apresentar respostas no plano. Nesse momento, o Sr. Décio informou sobre a agenda bienal do CONAMA, que em suas prioridades apresenta conflitos de competência em seus dois primeiros itens, não sendo de responsabilidade do CONAMA, mas relacionam todas as questões de recursos hídricos, inclusive a cobrança e o que fazer com ela. Informou que esse documento estaria disponível na página eletrônica do CONAMA. Disse que gostaria de deixar registro de repúdio, por absoluta tentativa do CONAMA de se sobrepor ao CNRH. Citou a existência de uma CT no CONAMA que se

reuniu somente duas vezes, cuja a competência era de analisar o impacto econômico das medidas do CONAMA pela ótica do serviço público. Comentou que entendia que, apesar de não existir essa Câmara no CNRH, a CTCOB estava realizando essa análise em geral. Continuou, lendo o Ofício enviado pela CTAP. Após a leitura, solicitou o encaminhamento do material para todos os membros da CTCOB e que a CTAP fosse convidada a realizar uma apresentação para designar melhor a visão, o teor e o conteúdo do PL, pois o tema seria bastante complexo, para melhor nivelamento, podendo ser até o próprio Sr. José Sena de Pereira Junior (Consultor Legislativo). O Sr. José Carlos Pires (Câmara dos Deputados) informou estar acontecendo no Rio Grande do Sul, na área dos recursos hídricos a conscientização da melhor utilização das barragens, despertada pela seca que vem ocorrendo na região. Usou o exemplo da Lagoa dos Patos. Quanto ao PL 1616, informou que a atual conjuntura existente na Câmara dos Deputados possibilitaria o seu trâmite, dependendo do lobby a ser realizado, pois atualmente a pauta da Casa não estava sendo ditada pelo governo. O Sr. Pedro lembrou da situação do contingenciamento, e que essa questão deveria ser trabalhada pela ótica política, com objetivo de fortalecer e resolver o problema da cobrança tanto do setor elétrico como a condominial, e que esse poderia ser o momento, devido à mudança de visão política que estaria ocorrendo. Diante da informação, o Sr. Décio retomou a tese de um evento para trazer o assunto cobrança para a agenda da Câmara dos Deputados e que as audiências a serem realizadas seriam oportunas, pois o Secretário de Recursos Hídricos sempre viu com muita cautela essa questão de contaminar a agenda do CNRH com a agenda política, sendo esse um momento oportuno para reavaliar a postura, necessitando da visão política. Ponderou também sobre o contingenciamento ocorrido, principalmente quanto as diferenças de percentuais de contingenciamento ocorrido entre o IBAMA, SRH e ANA, sendo a ANA a mais prejudicada e que essa assimetria seria muito sintomática por parte do MMA, dado o esforço do CNRH, mas fica atenuado o enfraquecimento, para tanto deveria ser estreitada a pauta política. *Item 2 – Aprovação da Ata: 31ª reunião da CTCOB* – Ata aprovada sem modificações. Coordenada pelo Sr. Pedro (ANA), a reunião foi reiniciada no dia 17 de março de 2005, às dez horas e quinze minutos a partir do item 7 da pauta. Cabe ressaltar que o Sr. Décio, presidente dessa CTCOB não se fez presente por estar em audiência com o Secretário de Recursos Hídricos, conforme entendimento ocorrido na última reunião da CT, para apresentação do material produzido pela CTCOB, no caso, uma Minuta de Manual de Apoio aos Parlamentares sobre os Programas do MMA na Gestão dos Recursos Hídricos e o Documento “Gestão Estratégica da CTCOB 2005”. *Item 7 – Palestra – Saneamento visão do Setor usuário por Marcos Thadeu Abcalil – AESBE*. O Sr. Marcos iniciou, comentando que a expectativa criada era que o setor de saneamento seria um bom pagador, mas que tentaria demonstrar em sua palestra (anexo I – palestra Visão Econômica do Saneamento), uma visão econômica do setor a partir dos problemas enfrentados. Apresentou as responsabilidades federativas, onde os titulares são os municípios, os estados participam quando dos serviços comuns e a União sendo a definidora das diretrizes gerais; demonstrou o histórico dos últimos 30 anos caracterizado pela forte urbanização e crescimento populacional, ocorrendo um esforço para ampliar a cobertura dos serviços de saneamento, sendo que a população não atendida, em termos absolutos, com custos elevados motivados pela escassez dos recursos. Destacou os principais problemas como sendo: o déficit dos serviços que atinge, no meio urbano, a população de baixa renda, os pequenos municípios e as periferias metropolitanas, concentrando em regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste), populações rurais e a necessidade de reposição de infraestrutura; apresentou os vultosos investimentos necessários para a universalização dos serviços de saneamento até 2020 e a dicotomia existente, pois onde os que menos podem pagar e que possuem menor disposição ao pagamento pelos serviços de esgoto, seria onde se concentra o maior déficit, locais esses, cujas obras são mais caras, havendo assim necessidade de maiores investimentos em locais de baixa renda. Apresentou os dados do PNAD, 2003 IBGE de onde se ratifica a concentração da necessidade de obras de saneamento junto a famílias com renda

inferiores a um salário mínimo. Ressaltou que esse problema impacta a saúde decorrente da inadequação do saneamento básico e da higiene, conseqüentemente aumentando os custos com o tratamento de doenças e óbitos infantis. Pontuou os 6 grandes problemas enfrentados pelo setor, sendo: 1 – recursos insuficientes e declinantes e investimentos também declinantes em termos reais, impactando o setor que se baseia em planejamento de longo prazo; destacou que hoje o governo federal não é o maior investidor do setor; 2 – baixa capacidade de investimentos dos prestadores de serviço, mesmo com o aumento da eficiência do setor, os montantes arrecadados não serão suficientes para gerar caixa necessário para alavancar os investimentos; 3 – aumento de tarifas e incapacidade de pagamento dos usuários, ocasionada pela mudança na estrutura do mercado, sendo que o consumo de água reduziu-se em 18% por mês na última década; 4 – custos controlados vem subindo consideravelmente, como os gastos tributários e fiscais, diante disso destacou que o saneamento subsidia o governo federal; 5 – restrições macroeconômicas, com foco no controle da dívida pública, não catalisou-se investimentos; 6 – incertezas regulatórias, com isso não há estabilidade para os investimentos. Apresentou os caminhos para solução dos problemas elencados, enfatizando: a ampliação de investimentos, a ampliação da capacidade dos prestadores de serviços, a ampliação do mercado e receitas do setor, a desoneração do setor, as soluções para as restrições macroeconômicas e os marcos regulatórios. Concluiu, dizendo da existência da expectativa de que o setor, a partir da cobrança pelo uso dos recursos hídricos poderia fomentar a “despoluição das Águas”, mas a atual conjuntura do setor não permitiria a concretização destes fatos. Nesse momento, o Sr. Pedro, agradeceu, parabenizou o palestrante e continuou informando que na bacia do rio Paraíba do Sul o setor de saneamento é o que mais paga pelo uso dos recursos hídricos, sendo o valor aproximado de R\$0,02/m³ de água bruta captada; que as empresas estaduais estão 100% adimplentes; que o comitê possui dificuldades com os municípios de baixa população. Lembrou que agora o CEIVAP está propondo a oportunidade de parcelamento desses débitos; que o dinheiro da cobrança está sendo utilizado com obras de saneamento, como no caso do município de Jacareí. O Sr. Marcos esclareceu que a expectativa que se criou de que a cobrança pelo uso da água iria resolver os problemas da bacia, na sua opinião, não irá ocorrer, sendo a cobrança uma fração dos investimentos necessários. O Sr. Pedro comentou sobre a capacidade de pagamento reduzida dos municípios, mas destacou que com o PRODES ele foi possível e que esse problema não poderia ser passado para frente, necessitando o combate ao efeito e não à causa. O Sr. Garrido apontou que embora seja pequeno o valor da cobrança, este serviria como efeito de demonstração, como contribuição do setor para a potabilização; que o PRODES poderia auxiliar o setor de saneamento e o Sr. Marcos disse que o foco do PRODES de incentivo a eficiência dos investimentos seria ponto positivo, mas que esse programa estaria desativado, o que estaria havendo eram incrementos em tarifas. O Sr. Pedro disse que o Sr. Marcos enfatizou muito a reduzida capacidade de pagamento dos pequenos municípios, e que no âmbito do PRODES, os municípios mais organizados tiveram facilidade em participar do programa, donde se conclui a permanência de uma estrutura que dificulta a participação dos pequenos municípios, assim, enquanto não se encontrar o mecanismo que possa fomentar a participação dos pequenos municípios que possuem dificuldade de endividamento, estaremos protelando o problema, não combatendo a causa que poderia ser melhor tratada a partir de empresas locais, considerando que a maioria dos problemas não possuem dificuldades de engenharia, mas sim de arranjo institucional e de articulação. Diante desse comentário, o Sr. Marcos ponderou sobre a indefinição do modelo de saneamento do Brasil quando comparado aos adotados na América Latina. A Sra. Carmem (Ministério das Cidades) apresentou que a área econômica não aceita a redução da CONFINS para o setor de saneamento. O Sr. Moretti solicitou esclarecimentos quanto à priorização que o homem está dando a outros bens de consumo e não à água, provavelmente demonstrando a ausência de marketing junto ao setor, para assim aumentar o consumo de água. O Sr. Marcos comentou sobre o uso político do setor saneamento e da cobrança pelo uso da água, disse também, sobre a necessidade de regras



tarifárias mais claras e aplicáveis sem influência política e que o assunto perpassa por questões educacionais e de estrutura institucional. Um Técnico da ANA, ponderou sobre a forma de tarifação e a necessidade de subsidiar quem não pode pagar. O Sr. Marcos comentou que já existe a tarifa social a ser subsidiada de forma simplificada e clara, podendo observar inclusive a sazonalidade. O Sr. Moretti ressaltou que em sua região o grande problema são os esgotos e que 75% do capital proveniente do FEHIDRO são utilizados para esses tipos de obras e que mesmo havendo a cobrança na bacia, essa continuaria sendo a tendência, devido ao problema de qualidade de água intimamente relacionado com o setor de saneamento. Desse modo, comentou que o setor de saneamento deveria parar de se queixar, pois o maior beneficiário seria ele mesmo. O Sr. Décio sustentou que o setor de saneamento seria o setor de elétrico num futuro próximo, considerando os ciclos de estatização que vêm ocorrendo no setor, demonstrados pela eficiência e eficácia das empresas alcançadas pela ingerência de questões políticas. Sugeriu que fossem estudadas as experiências já adquiridas pelo setor elétrico. Finalizando, o Sr. Marcos comentou sobre o relaxamento de prazos de dívidas de outros setores que não são aplicadas para o setor de saneamento; restaurou a ausência de aporte do tesouro; o pequeno progresso técnico que não catalisa a eficiência do setor que apresenta realidades distintas no território brasileiro e que o setor de saneamento deveria ser tratado a partir de uma visão econômica. *Item 8 – Relato sobre o andamento das atividades de todos os Grupos de Trabalho, pelos respectivos coordenadores.* O Sr. Décio passou a palavra ao Sr. Rodrigo que iniciou comentando sobre as ações do GT Convergência da Cobrança pelo Uso da Água, cujas ações estão voltadas para a realização da Oficina Convergência, informou que não havia recebido contribuições formais por parte dos membros da CTCOB quanto aos palestrantes do evento, conforme tratado na última reunião e devido a isso, acreditava não ser factível a realização do evento em abril, pois o prazo para o convite dos palestrantes não seria suficiente. Para tanto, estaria mantendo contato com a Sra. Elisabeth para verificar a possibilidade de datas em maio e confirmar o patrocínio da SERLA. Quanto aos palestrantes, solicitou ajuda para contatá-los, sendo que o Sr. Rui Brasil, já sinalizou positivamente, bem como o Secretário de Recursos Hídricos, João Bosco Senra. O convite para o Sr. José Carlos Carvalho ficaria a cargo da Sra. Patrícia Bóson. O Sr. Rodrigo explicou ao Sr. Trevisan (CERH/PR) que o evento estaria sendo adiado, pois os prazos acordados para retornos de confirmação não foram respeitados. O Sr. Carlos Telles- SRH/BA sugeriu o nome do Sr. Cid Tomanik que eventualmente presta consultoria para a SRH/BA. Quanto ao GT Indicadores de Acompanhamento para a Implantação da Cobrança, o Sr. Rodrigo informou que necessitaria receber contribuições para o termo de referência, para posterior envio de ofício à ANA para contratação desse consultor. Acordou-se que o prazo para remessa de contribuições seria até o dia 01/04. Quanto ao GT Acompanhamento da Implementação da Cobrança na Bacia do rio Paraíba do Sul, solicitou que a Sra. Marilene Ramos, responsável pelo GT, fosse contatada quanto as suas responsabilidades considerando as ausências. Nesse momento, o Sr. Rodrigo externou dificuldades em participar assiduamente das reuniões da CTCOB, devido as suas atividades na SRH, e considerava isso desrespeitoso aos demais membros da CTCOB, o que acenava para sua substituição ou apresentação de um suplente, apesar de que sua vontade seria de continuar com o acompanhamento e participação na CT. Finalizou, apresentando suas desculpas. O Sr. Carlos Telles SRH/BA registrou a importância da permanência da SRH na CTCOB e que a participação do Sr. Rodrigo poderia continuar sem ser membro efetivo. O Sr. Décio disse que o Sr. Ednaldo (SRH) sempre enfatizou o quanto o Sr. Rodrigo está comprometido com o tema cobrança o que foi espelhado pelos diversos documentos produzidos, mas que entendia a dificuldade que estava ocorrendo no campo profissional. Somente solicitou que a indicação do membro ou suplente fosse de técnicos envolvidos com o tema e com a política da SRH e concluiu, ratificando o privilégio e a honra de tê-lo na CTCOB. Com a mudança de tema, o Sr. Décio relatou o ocorrido na audiência com o Secretário de Recursos Hídricos, onde foram disponibilizados os dois documentos, informando o

contexto, a proposta dos mesmos e o que se esperava. Foi informado que o documento “Gestão Estratégica da CTCOB” teria, como um dos objetivos, mostrar ao sistema de recursos hídricos e a todos os membros do CNRH, como a CTCOB se auto-avalia e se enxerga no horizonte de curto, médio e longo prazos, sendo a principal meta do documento minimizar os níveis de ruídos e de interferência sobre a interpretação das intenções da CTCOB, dando maior visibilidade e clareza das suas ações. Com relação ao documento “Manual de Apoio aos Parlamentares,” foi informado que seria uma contribuição da CTCOB, mas que sua análise estaria suspensa até que houvesse a manifestação por parte da SRH e da ANA, quanto à conveniência e interesse do documento. O Sr. Décio transmitiu as palavras do Secretário que opinou sobre o documento dizendo que o alcance do mesmo transcende a uma decisão interna da SRH, que estaria mais alinhado com a própria articulação parlamentar e que estaria então, levando ao MMA uma análise conjunta: MMA, SRH e ANA. Destacou que os dois principais beneficiários seriam a ANA e a SRH e que o documento poderia ser mais uma ferramenta na articulação política para contornar problemas que vêm crescendo. Também repassou a informação de que a ANA estaria apresentando, na plenária do CNRH, proposta supressiva em relação à proposta de resolução “Critério para a Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos”, no que tange ao conceito de sustentabilidade econômica. Assim, solicitou que fossem apresentadas justificativas para essa ação, pois estaria defendendo a matéria na plenária e necessitaria ter consciência da opinião de todos da CTCOB. O Sr. Pedro informou que a expressão sustentabilidade econômica apresentava-se três vezes durante o texto da resolução, sendo respectivamente nos itens n, q, j, dos incisos I, II e III do art. 7º e que a supressão estaria pautada na contestação de que o valor econômico poderia causar problemas futuros, apesar de o comitê efetuar estudos relativos a sustentabilidade, pois um usuário poderia contestar o valor e consequentemente causar conflitos. O Sr. Décio lembrou que a CTCOB consumiu três reuniões para discutir o tema do limite econômico, conforme demonstrado no texto da resolução, sendo que o teto seria proposição do comitê a ser ratificado pelo respectivo CNRH já que o pré-requisito da sustentabilidade econômica estaria assegurado no corpo da resolução. Citou o art. 9º que também trata de uma forma de sustentabilidade, mas que seria completamente distinta das demais apresentadas no texto da resolução, sendo que essa poderia ser suprimida sem dano à resolução por se tratar de direito administrativo já assegurado em Lei. Ponderou sobre a manipulação de um segmento usuário, mas que isso não seria possível, pois a lei não permite a isenção do pagamento, podendo o valor da cobrança ser zero, conforme definição do comitê. Esclareceu que caso esteja ocorrendo manipulação no âmbito do comitê da bacia, seria abuso de poder econômico e que as instâncias para dirimir essas dúvidas seriam os respectivos conselhos e o plano de bacia que dá amparo exatamente a essa prospeção de limite do impacto econômico e a forma de rateio social. Ressaltou o trabalho de dois anos para a elaboração da proposta de resolução, que tem como um dos pilares a sustentabilidade econômica que proporcionaria o mínimo de segurança para o usuário pagador. Enfatizou que a supressão possui dois vieses: 1 – tentativa de monopolização para que um determinado segmento que não possua sustentabilidade econômica não pague; 2 – tornar a situação sem alguma referência de amparo e bom senso sob aspecto econômico. O Sr. Pedro disse que a supressão baseava-se no receio de que o comitê estabelecesse um determinado limite de sustentabilidade e em determinado momento, se um usuário verificasse o impacto da cobrança no seu custo de produção ele teria que recorrer ao comitê e conselhos. Informou que foram os usuários, no caso o setor Indústrias que solicitou a supressão. O Sr. Rodrigo informou que um outro argumento apresentado pela ANA seria o medo do processo de controle do comitê por determinado setor usuário que poderia ser predominante pelo interesse econômico. O Sr. Moretti utilizando o argumento informado pelo Sr. Rodrigo, alertou que se esse fato ocorresse o problema não estaria na cobrança e sim no comitê. O Sr. Décio acenou que haveria um risco crescente, ou seja, de que o instrumento cobrança estaria caminhando para o perfil de imposto ao invés de uma contribuição condominial. Disse ainda que, se for essa a intenção, seria melhor ser



um imposto, diminuindo assim, o grau de incerteza. Reforçou sua opinião, dizendo que a diferença entre contribuição para imposto estaria cada vez menor e que a CTCOB não estaria trabalhando para aumentar essa diferença pela forma que o sistema de recursos hídricos vem trabalhando e esse ônus seria pago no futuro. O Sr. Pedro disse que a sustentabilidade iria estar presente na fórmula de cobrança quando da diferenciação dos valores junto às atividades e isso não diminuiria o direito do usuário em questionar o impacto da cobrança em seu custo final. O Sr. Rodrigo questionou a influência da sustentabilidade econômica nas decisões do CEIVAP. O Sr. Décio comentou sobre o princípio da isonomia de tratamento, onde o PPU deveria ser igual para todos. Disse que achava crítico na fórmula do CEIVAP a ausência da vazão de diluição, sendo considerado apenas o volume lançado do efluente e a qualidade do mesmo, conforme acordo existente na bacia, o que contrariava o conceito da lei que deveria ser resgatado e ocasionaria um aumento no valor de, no mínimo, vinte vezes o que seria atualmente pago pelos usuários que lançam efluentes. O Sr. Pedro concordou com o equívoco existente na fórmula e disse que isso seria revisto no próximo ano. Comentou sobre o quantitativo arrecadado na bacia do setor agrícola, equivalente a um milésimo em relação à indústria, apesar de ser o maior consumidor consultivo da bacia, mas que essa diferenciação de valores foi alcançada devido às simulações realizadas com o custo da água na produção, tomando-se como base a produção de arroz. O Sr. Décio disse que a simples adequação da fórmula ao conceito da lei, poderia elevar potencialmente a arrecadação na bacia do rio Paraíba do Sul para 160 milhões/ano. O Sr. Patrick (ANA) ressaltou a importância da verificação, para a elaboração da fórmula e do PPU, da capacidade de pagamento do setor. Disse que, se a fórmula fosse adequada aos princípios da lei, o valor do PPU iria baixar para poder se adequar à capacidade de pagamento. Concluiu, dizendo que a definição do valor a ser arrecadado seria a capacidade de pagamento dos usuários. O Sr. Carlos Telles SRH/BA enfatizou que, se a fórmula depende da capacidade de pagamento, isso seria mais um motivo para a permanência da sustentabilidade econômica na resolução de critérios gerais para cobrança. Finalizada a discussão, passou-se à apreciação do item 3 da pauta.

*Item 3 – Gestão Estratégica CTCOB 2005 – Atividades, Ações e Prioridades.* Introduzindo o assunto, o Sr. Décio informou que a base do documento Gestão Estratégica CTCOB – 2005 foi uma apostila da Escola Nacional de Administração Pública, sendo um roteiro para a gestão estratégica a partir de dois temas: indicadores institucionais e itens de controle de gerenciamento da rotina. Continuou dizendo que o documento estaria apresentado de forma didática, com a indicação das definições e vantagens da metodologia. Ponderou que o documento a ser produzido não apresentaria as definições e sim a declaração da missão, da visão e dos indicadores. Informou que até o momento só teria recebido contribuições da Sra. Carmim. Nesse momento, o Sr. Rodrigo intercedeu, para dizer que também teria enviado contribuições. Assim, o Sr. Décio solicitou que fossem novamente disponibilizadas para seu conhecimento. Apontou que a idéia seria de discutir e suprimir o que não fosse pertinente e que, no seu entendimento, os aspectos mais relevantes seriam as definições da missão, da visão e dos valores, sendo essa a espinha dorsal de todo o processo, necessitando da conscientização de cada contribuinte da CTCOB para com essas definições. Aberta a palavra, a Sra. Raquel (SRH) teceu comentários sobre o documento que considerou muito conceitual sendo necessária uma redução do mesmo para facilitar a leitura de todos. Informou que o documento a ser produzido, com a participação de todos, seria de aproximadamente três folhas, mas que não poderia ser produzido por uma equipe e sim, somente com a participação de todos. Disse que entendia o porquê de um documento tão conceitual, cujo objetivo fora demonstrar a forma de construção de um documento relacionado à gestão estratégica participativa. O Sr. Carlos Telles- SRH/BA disse que o documento necessitaria ser avaliado, bem como o interesse em se elaborar a gestão estratégica, necessitando de uma reunião com maior participação para a decisão, pois o processo requer tempo e dedicação. A Sra. Raquel complementou, dizendo que acreditava ser necessário pelo menos uma reunião e meia para a definição da missão da CTCOB, por ela já possuir suas

competências bem definidas. O Sr. Pedro opinou, dizendo que a CTCOB estaria sem agenda, mas tentando sair da reatividade para uma pró-atividade. Para tanto, necessitaria conscientizar-se sobre o seu ponto focal que poderia ser alcançado pelo planejamento. O Sr. Rodrigo disse que a CTCOB possuía um parâmetro balizador para as discussões que seriam as competências definidas pela Resolução CNRH n.º 21, assim, advertiu que a CT não poderia extrapolar além das competências que são atribuídas pela resolução ou pelo CNRH. Acenou que o trabalho mais interessante seria de relacionar as competências com as ações propostas no documento e a partir desse trabalho, definir o “como fazer”, que poderia ser elaborado por um GT. A Sra. Raquel comentou que as ações e prioridades deveriam ser apresentadas após a definição da missão e da visão e que isso iria facilitar a numeração de prioridades. Quanto ao documento existente, ratificou a necessidade de um resumo, mas que o mesmo deveria ser apreciado por todos. O Sr. Décio explicou que a missão envolveria conceitos mais abstratos e que o negócio da câmara já estaria definido em suas competências, necessitando agora da definição da visão de futuro, da missão e dos valores e isso dependeria do grau de percepção de cada um, de tal forma que o processo de construção fosse coletivo, essencialmente democrático e sem caráter monopolista. O Sr. Rodrigo disse achar que papel da CTCOB seria somente de subsidiar o CNRH, que a CT foi criada para ser o braço técnico do CNRH, não necessitando de definição de missão, pois somente o braço político necessitaria de missão, no caso o CNRH, estando o papel da CTCOB muito bem delimitado. Disse que se a CT for discutir sua missão, ela poderia entrar numa crise de identidade, ou criar uma identidade que não irá ter. O Sr. Décio informou que a metodologia de planejamento não funcionaria assim, podendo ser aplicada a qualquer nível, tanto no MMA, SRH, ANA, CNRH, dependendo da definição de seus clientes, fatores críticos de sucesso, missão e valores, sendo esta uma abordagem clássica do planejamento. O Sr. Rodrigo ponderou sobre a inexistência de um perfil, competitivo e político da CTCOB, o que não fomentava a necessidade de definição de uma missão. A Sra. Raquel esclareceu que a missão transcende o objetivo de cada setor que se faz presente na CTCOB, pois decodificaria o objetivo maior de todos participarem nessa CT e que isso facilitaria o nivelamento quando da mudança de membros. O Sr. Décio informou que o TCU aplica essa metodologia na análise de auditorias operacionais, mas que se não for o momento e a conveniência da CT, adotar isso como instrumento de gestão, não ocasionaria prejuízos. Como linha propositiva colocou: 1 - a criação de um GT específico para tratar do tema; 2 – a realização de uma oficina de sensibilização para demonstrar os benefícios práticos dessa ação; 3 – resumir o documento para ser factível e comum a todos e focar em alguns aspectos. O Sr. Moretti lembrou que para a discussão do tema a câmara deveria estar completa. O Sr. Pedro comentou que não acreditava ser pertinente a criação do GT, por levar a uma concentração e quanto ao documento resumido, apoiou a proposta e sugeriu a utilização de parte da reunião da CT para a discussão do assunto. O Sr. Carlos Telles SRH/BA parabenizou o Sr. Décio pelo trabalho realizado. Finalizando a reunião, o Sr. Décio solicitou o encaminhamento de sugestões para a Oficina, ratificou a data para a próxima reunião da CTCOB, sendo dias 18 e 19 de abril, no Rio de Janeiro, agradeceu a presença de todos e convidou-os para a audiência com o Diretor-Presidente da ANA naquele momento.

Ata aprovada na 33.ª reunião da CTCOB dia 19/04/05

Decio Michellis Júnior  
Presidente da CTCOB

Ednaldo Mesquita Carvalho  
Relator da CTCOB

Raquel Scalia Alves Ferreira  
Relatora